

**A FICÇÃO E A  
REALIDADE: A IMAGEM  
DA POLÍCIA NA  
LITERATURA DOS  
PRIMEIROS ANOS DA  
REPÚBLICA BRASILEIRA  
(1889-1910)**

BRITO, Eduardo Manoel de<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Doutor em Literatura Alemã pela Universidade de São Paulo (e como pesquisador doutorando na Universidade Bielefeld – Alemanha no ano de 2005), com tese: “Quando a ficção se confunde com a realidade: as obras ‘In der Strafkolonie’/ ‘O processo’ como filtros receptivos da ditadura civil-militar brasileira”. Atualmente desenvolve a pesquisa de pós-doutorado “A imagem da polícia na literatura brasileira”, no Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo.

**Resumo:** No presente artigo apresento resultados iniciais da pesquisa *A imagem da polícia na literatura brasileira*, na qual identifico e examino as imagens desta instituição elaboradas por escritores brasileiros em três momentos da história: os primeiros anos da república brasileira (1889-1910), a Era Vargas (1935-1945) e os anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira chegando até a abertura política (1969-1985). As imagens que compõem a primeira fase da pesquisa foram extraídas de obras de Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Lima Barreto e João do Rio e foram publicadas nos anos em que tanto havia uma reforma política no Brasil (a passagem do sistema monárquico para o republicano), quanto estava em curso uma tentativa de reforma da instituição policial, tendo em vista a inserção de aspectos ditos mais científicos de investigação e de punição. O levantamento e a análise dos textos permite aquilatar as críticas feitas pelos escritores da época ao literaturizarem uma instituição problemática porque era eivada de preconceitos, atrasos e resistente a inovações. Além disso, aspectos ainda hoje presentes na crítica à polícia, tais como a violência desproporcional e a corrupção, compõem na literatura produzida no período e possibilitam uma compreensão mais ampla da realidade policial desde o ponto de vista da arte literária.

**Palavras-chave:** literatura brasileira, polícia, imagem

**Abstract:** The article "Fiction and reality: the image of the police in the early years of the Brazilian Republic" presents the initial section of a post-doctoral research on the image of the police in Brazilian literature, which aims at identifying and examining the image of this institution in literary works elaborated by Brazilian writers in three different moments of our history: the early years of the Brazilian republic (1889-1910), the period known as "Era Vargas" (1935-1945), and the period of the civil-military dictatorship in Brazil up to the political opening (1969-1985). The images analysed in this first section of the research have been extracted from works by Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Lima Barreto e João do Rio, all published in a time in which two simultaneous processes were taking place: a political reformation (the passage from monarchy to republic) and an attempt to reform the police as institution (with views to the inclusion of aspects which were regarded as being more scientific to the tasks of investigating and punishing). The collection and analysis of such texts allows us to evaluate the kind and weigh of the criticism implied in the work of these authors, and to understand their views of a problematic institution which was crawling under the weight of prejudices and resistances to innovation. Furthermore, they reveal insights on aspects that are still present in the criticism directed to the police nowadays, such as disproportional violence and corruption, enabling us to reach, from the perspective of literary art, a wider comprehension of the reality of this institution.

**Key words:** brazilian literature, police, image

A pesquisa “A imagem da polícia na literatura brasileira” é desenvolvida no Núcleo de Estudos da Violência, na Universidade de São Paulo e corresponde a uma contribuição que considero original e produtiva para uma reflexão sobre a realidade da polícia brasileira. Tal contribuição deve-se, na minha opinião, à perenidade do texto literário que o dispõe como um discurso que supera o imediatismo de outros textos (especialmente pesquisas de opinião pública e notícias jornalísticas) e favorece uma abordagem da imagem dentro de um *continuum*, o qual, inclusive, permite a compreensão de outros discursos, eles mesmos frutos de discursos anteriores e de experiências com matizes diversos, incluindo aí outros textos literários. De um certo modo, o escritor torna-se um catalisador dos dramas sociais e sua construção literária transmite imagens duradouras que se cristalizam na história. Além disso, ao corresponderem a textos que são re-editados, adaptados e/ou transmitidos por outras mídias (cinema, teatro, televisão), o seu alcance no tempo e espaço é amplificado.

O crítico literário brasileiro Antonio Candido (Candido, 2000) relaciona uma produção literária nacional com o advento da cidade, daí que a primeira manifestação literária de fato brasileira foi o Arcadismo, quando as pequenas aglomerações humanas foram substituídas por estruturas mais tipicamente urbanas, com uma organização administrativa local, um certo círculo cultural, o comércio como fruto do fluxo de capital, forças de controle (políciais) e os mexericos típicos da cidade. O espaço do Arcadismo brasileiro foi o das cidades do atual estado de Minas Gerais e o momento histórico correspondeu ao das primeiras manifestações mais organizadas por uma libertação das ordens vindas do governo português, visto que então o Brasil era uma colônia, já no fim do ciclo do ouro (segunda metade do século XVIII).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O ciclo do ouro deu origem às chamadas cidades históricas de Minas Gerais, as quais surgiram durante o período de 1700 à 1800, a época dourada do Brasil. Em apenas um século, 1200 toneladas de ouro e três milhões de quilates de diamantes foram extraídos na região das minas.

O romantismo foi o movimento literário que surgiu em seguida e que permaneceu por décadas ditando as normas para o bem escrever. O espaço urbano agora era o da capital do Império Rio de Janeiro, com o fluxo de pessoas cada vez maior, como consequência da transferência da corte para a cidade, das novas possibilidades de trabalho, da vinda de estrangeiros em busca de novas oportunidades de enriquecimento e todo um complexo urbano necessário para que a cidade fluísse social, cultural e economicamente. Cumpre lembrar que a Independência do Brasil ocorrera em 07 de setembro de 1822 e iniciara o governo de Dom Pedro I, português e herdeiro direto da coroa portuguesa. Os textos em prosa sob a forma de folhetins e publicados nos jornais da época, com os desencontros amorosos, foram a tônica de boa parte da literatura produzida no século XIX. O Brasil de uma pequena elite econômica e cultural lançava-se avidamente sobre os romances de Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, José Martiniano de Alencar, Manuel Antônio de Almeida e um primeiro Joaquim Maria Machado de Assis.

Apesar de os romancistas citados terem descrito aspectos da sociedade brasileira, o movimento literário conhecido como Romantismo não possuía como ideário a crítica social ou a descrição realista da sociedade. Isso não significa que não existisse alguma crítica latente nos textos de José de Alencar, por exemplo, quando ele escreve sobre o casamento por interesses econômicos, que não devia ser tão incomum no seu tempo em *Senhora* (como é hoje), quando apresenta as hipocrisias da sociedade conservadora em *Lucíola*, ou ainda quando busca refletir sobre os mitos da fundação da sociedade brasileira e do encontro das raças (*Iracema*, por exemplo), três dos seus melhores momentos literários. Foi, contudo, necessário o advento do Realismo para que a sociedade fosse literaturizada de um ponto de vista mais crítico, mais analítico e, dentro desta sociedade, para que as suas estruturas fossem apresentadas sem as idealizações românticas: a polícia, como uma das estruturas da sociedade também aí se fez presente (como fizera em alguns textos românticos).

Os contemporâneos Aluísio de Azevedo e Machado de Assis corresponderam a autores que partiram de uns tantos aspectos da realidade e de modos diferentes deram forma a uma literatura realista brasileira. Aluísio de Azevedo seguiu mais à risca a cartilha naturalista (uma espécie de exacerbação do modelo realista) e realizou uma literatura que não teve a qualidade da produção em conjunto como a de Machado de Assis. Contudo, o texto-denúncia em forma de romance *O cortiço*, com algo de panfletário, permite uma reflexão sobre a imagem da polícia na literatura brasileira a partir, principalmente, de um sistema paralelístico: de um lado a polícia-instituição, e do outro a polícia-indivíduo, representada pelo personagem soldado Alexandre, um policial exemplar na sua vida pessoal e profissional. Esse modelo parece não perder a força quando pensamos, por exemplo, nas situações em que a mídia (escrita e televisiva principalmente) crítica as ONGs e outras entidades civis por aparentemente não se solidarizarem com os policiais vítimas da violência criminosa e defenderem os direitos humanos e a dignidade dos detentos. O raciocínio pode assim ser descrito: se a instituição polícia tem problemas, ela é, por outro lado, composta de homens com seus dramas pessoais e seus valores. Colocar sob os holofotes a imagem do policial abnegado, oferecendo assim um contraponto à instituição problemática, de algum modo permite uma releitura da polícia. Na narrativa de Aluísio de Azevedo, a truculência policial é inominada: os policiais são – em um momento da narrativa – chamados de morcegos, cujo trabalho corresponde a espancamento, destruição e achincalhamento com a boa imagem que um lugar possa ter. O personagem policial Alexandre – acerca de quem o número de informações permite a elaboração completa de sua personalidade, físico, relações familiares e sociais – é o cartão de visitas da polícia e corresponde a uma esperança a ser depositada na instituição policial: na pessoa dele – inclusive, premiado ao final do romance com a promoção a sargento – os deslizes da polícia são reinterpretados e há alguma esperança para a instituição.

A *esperança* de Aluísio em Azevedo é a mesma que se faz presente em um texto de Machado de Assis, com a dife-

rença que a veia irônica deste último aprofunda a crítica: a instituição polícia é cheia de defeitos, mas não se deve falar mal dela porque é a que temos:

É minha opinião que não se deve dizer mal de ninguém, e ainda menos da polícia. A polícia é uma instituição necessária à ordem e à vida de uma cidade.

[...]

Não se deve dizer mal da polícia. Ela pode não ser boa, pode não ter sagacidade, nem habilidade, nem método, nem pessoal; mas, com tudo isso, ou sem tudo isso, é instituição necessária. [Machado de Assis, *A semana*, 1896 (20 de dezembro)]

Aí também a imagem da polícia só consegue uma certa reabilitação por conta da inserção de um policial exemplar ao final da crônica e, claramente, apresentado como exceção dentro de um sistema de apadrinhamentos e chefaturas burocraticamente engessadas. Bem mais do que no texto exclusivamente ficcional, o espaço da crônica jornalística (uma espécie de tratamento literário da realidade) permitiu a Machado de Assis da livre expressão à sua crítica ácida das instituições do Estado brasileiro do começo da República. Nos textos ficcionais, há muitas citações incidentais e sem profundidade da polícia, mas naquelas em que é possível construir alguma imagem da instituição, o levantamento possível é o seguinte: descrição de algumas funções policiais (recolher defuntos, como no conto “Marcha fúnebre”, procura de desaparecidos, como no romance *Quincas Borba*); descrição da instituição como causadora de temor (meio “bicho-papão”, como no conto “O caso da vara”; serve como ameaça contra más ações, como no conto “Salteadores da Tessália” e como controle social e das consciências, como no arremedo irônico dos mandamentos divinos “Sermão do Diabo”); instituição que recorre à adivinhação de uma cabocla, que é passível de manipulação e que comete arbitrariedades (violência desnecessária) não sendo, por isso, apoiada pela população (estas três situações estão presentes no romance *Esaú e Jacó*).

A crítica mais *pessoal* à polícia na literatura produzida nos primeiros anos da República Brasileira, contudo, virá

com Lima Barreto no seu *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. O texto, escrito sob a forma de memórias, possui um caráter mais subjetivo do que os escritos e investigados nos dois autores anteriormente citados, pois mesmo as crônicas machadianas são acrescidas de um distanciamento entre o autor e o tema por intermédio da ironia que não permite uma identificação direta do texto com o leitor. O *Bildungsroman* de Lima Barreto possui a força de uma narrativa que busca não a complacência, mas a cumplicidade de seu leitor e isso acontece desde a escolha do foco narrativo em primeira pessoa, até a distribuição dos capítulos, que postergam para um momento seguinte estruturas narrativas complementares, isolando narrações e permitindo o enfoque de determinadas questões sem a dispersão de eventos paralelos. O foco narrativo em primeira pessoa permite, ainda, o desvelar dos sentimentos mais íntimos do protagonista, enriquecendo a narrativa realista com reflexões e percepções subjetivas, situação improvável no romance naturalista de Aluísio de Azevedo. E como a imagem da polícia surge desde aí? Há com clareza a percepção de duas polícias: a dos gabinetes (que também atua nos cárceres) e a da rua que policia a cidade e que reprime crimes e contravenções. São, em linhas gerais, a polícia civil e a polícia militar. A primeira surge mancomunada com os poderes locais, bajulando os que sobre ela poderiam ter alguma influência, em especial a imprensa e os detentores de poder. E a segunda é apresentada como uma polícia sem métodos e violenta (no fundo, parecendo ser uma realidade, consequência da outra). De qualquer modo, não há a introdução do bom policial individualizado: muito pelo contrário, as experiências pessoais do protagonista apenas corroboram o quanto a instituição é imperfeita seja sob a vista mais generalizante, seja tendo um policial à sua frente.

Por fim, na obra de João do Rio encontramos a apresentação de alguns flashes da polícia ao lado de alguns textos longos nos quais o trabalho e uma certa caracterização dos princípios policiais são aclarados. Nos textos do jornalista *adandinado*, segundo expressão de Antonio Candido, a função preponderante da polícia é o controle entendido como uma maneira de manter bem claras as fronteiras entre os gru-

pos sociais que existiam no Rio de Janeiro, cidade que levava avante o seu processo de urbanização (ou civilização), como acontece em *A alma encantadora das ruas*. De um lado, a polícia mantém sob sua atenção as camadas pobres, controlando e vistoriando os seus espaços (ou antros) e, por outro, ela controla as consciências, mantendo sob determinados limites as imoralidades praticadas sob o véu da noite e nos recantos menos apresentáveis da cidade, como, por exemplo, em algumas narrativas de *Cinematographo* e *Dentro da Noite*. O crime punível com prisão é apresentado fundamentalmente como uma consequência de exclusões várias, sendo que a pena não pressupõe uma tentativa de re-inserção social. Tanto quanto ocorrera no romance de Lima Barreto, a individualização do policial não serve como um anteparo para a instituição problemática, pois os policiais que participam das narrativas são seres insensíveis que, de algum modo, se deliciam com a situação dos miseráveis e encarcerados, apresentando-os aos visitantes como curiosidades em uma espécie de *locus horrendus*.

Enquanto instituição, a polícia tem uma imagem muito negativa para os quatro autores mais representativos das primeiras décadas da República Brasileira e apenas em texto de Machado de Assis e, especialmente, de Aluísio de Azevedo, a individualização do homem policial permite um olhar mais positivo. Quanto às funções policiais, o controle da sociedade sob a forma de um policiamento ostensivo é a atividade mais mencionada, bem como atividades que pareceriam condizer mais com um serviço assistencial: recolher mendigos, doentes físicos e mentais. Chama a atenção ainda o uso da expressão polícia como sinônimo de controle e o recurso à ameaça de chamar a polícia para se obter algum tipo de favorecimento, se garantir contra algum infortúnio ou simplesmente causar medo. Em suma, a polícia surge nos textos como uma instituição a ser temida: sua presença ou a ameaça de sua presença causa medo, seja para as crianças (funcionando ela como um bicho-papão), seja para os adultos que passaram ou não pela experiência do contato com ela.

Lembrando que as polícias que atuavam no distrito federal nos primeiros anos da República (na época, a cidade do



Rio de Janeiro) buscavam construir uma imagem que coadunasse com o novo momento político, ou seja, seus chefes buscaram torná-las modernas, científicas (há no período inúmeras citações em textos históricos de cientistas e criminalistas, tais como Lombroso e Bertillon) e que realizassem os anseios da sociedade, é possível afirmar que do ponto de vista ficcional ou quase (incorporando as crônicas) o intento não funcionou plenamente: sob os olhos e na pena dos escritores do período, a polícia era uma instituição marcada pela falta de estrutura e de métodos e com policiais bons emergindo como exceções. Um momento particularmente rico neste sentido acontece no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, quando o personagem Dr. Franco de Andrade, jovem clínico (além de literato e alienista) apresenta várias teorias modernas sobre criminologia no Capítulo X do romance (mensurações antropológicas, questões de raça e sub-raça, biologia), amplamente embasadas em nomes de cientistas da época. Contudo, a descrição é irônica do protagonista narrador deixa escapar nas entrelinhas o grau de desprezo que possuía por aquele tipo de discurso vazio, com aparência erudita, convivendo com uma prática policial ineficaz e arcaica. Também aí as idéias estão fora de lugar.

Há, ainda, a menção de policiais envolvidos em algazarras, investigações que se apóiam em ajudas sobrenaturais, favorecimento na distribuição de cargos, cooptação de membros da polícia por membros influentes da sociedade (pessoas ricas ou jornalistas) e permanência de determinados vícios nas corporações (truculência e corrupção). As narrativas também mostram que a tentativa de a polícia se desvencilhar de atividades que possuíam um caráter mais assistencialista e menos policial não seria um trabalho fácil, pois vários personagens usam e abusam da expressão polícia, chamando os seus serviços nas mais diferentes situações: ameaça contra devedores, pais que não assumiam a paternidade, filhos que não queriam cumprir as ordens dos pais, doentes físicos e mentais perambulando pelas ruas e, como uma marca da época, busca de escravos fugitivos.

Esta polícia descrita na literatura do começo da República Brasileira é um produto ficcional, mas o projeto rea-

lista que norteou a sua elaboração literária possuía como base a descrição mesma da realidade social. Se Machado de Assis, ao não se deixar prender pela camisa de força do naturalismo, conseguiu dar vãos estilísticos mais bem acabados do que Aluísio de Azevedo, isso não significa que a realidade por ele literaturizada seja um testemunho literário de seu tempo em menor grau. Os quatro escritores oferecem-nos um certo panorama que coaduna com investigações *mais científicas* da polícia de então (Cf. Bretas 1997a e 1997b e Fausto, 2001) e a imagem literária permite a fixação de imagens da polícia que certamente ao serem lidas e relidas (penso nas inúmeras reedições dos livros investigados) reafirmam, principalmente, aspectos negativos da instituição. Mais do que simples ilustrações da realidade histórica, contudo, os textos literários propiciam uma reflexão sobre a origem de imagens negativas cristalizadas da polícia no imaginário brasileiro: mancomunada com os poderosos e temida pelas classes populares; mal aparelhada e mal formada, sujeita a ingerências e servindo como moeda de troca para favorecimentos vários.

A construção de um *continuum* histórico (ainda que se leve em conta que a história pode ser interpretada como foi feita de rupturas) propicia uma percepção ampla da imagem da polícia que atravessa um século de República no Brasil. Para tanto, um próximo passo é a investigação da imagem da polícia a partir da segunda metade da década de 1930, estendendo-me por 10 anos no levantamento, ou seja, o primeiro governo de Getúlio Vargas no Brasil, quando a polícia definitivamente incorporou a imagem do agitador político como um de seus principais *usual suspects*. E, completando o panorama que considero cobrir as fases principais da história brasileira e da ação política, incluirei a imagem da instituição nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira instituída no ano de 1964, mais precisamente a partir do ano de 1969, o qual correspondeu à exacerbação da violência no trato dos suspeitos de atentarem contra o sistema político imposto ao país.

## BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Aluizio de (1997). *O cortiço*. São Paulo: O Estado de São Paulo/Klick (Ler é Saber).

BRETAS, Marcos Luiz (1997a). *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro 1907 – 1930*. Rio de Janeiro: Rocco.

\_\_\_\_\_(1997b). *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional.

CANDIDO, Antonio (1970). “Dialética da Malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias)”, in *Revista do Instituto de estudos brasileiros*, 8, 67-89.

\_\_\_\_\_(2000). *Literatura e sociedade*. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro). São Paulo: Folha de São Paulo/Publifolha.

FAUSTO, Boris (2001). *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp.

LIMA BARRETO (1997). *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: O Estado de São Paulo/Klick (Ler é Saber).

MACHADO DE ASSIS (1997). *Quincas Borba*. São Paulo: O Estado de São Paulo/Klick (Ler é Saber).

MACHADO DE ASSIS (2003). *Esau e Jacó/Memorial de Aires*. São Paulo: Nova Cultural.

NEVES-MANTA (1997). *A arte e a neurose de João do Rio*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 5ª edição.

RIO, João do (1978). *Dentro da noite*. Rio de Janeiro: Inelivro (reprint da H. Garnier de 1910).

SCHWARZ, Roberto(2000). *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Editora 34.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira (2004). “João do Rio, repórter da pobreza da cidade”, in *Em questão*, 10 (1) 81-93.

VENEU, Marcos Guedes (1990). “O flaneur e a vertigem: Metrôpole e subjetividade na obra de João do Rio”, in *Estudos Históricos*, 3, (6), 229-243.